

Pressupostos Metafísicos e Epistemológicos na Pesquisa

Pedrinho A. Guareschi^{1 2}

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

Trata-se de uma reflexão sobre os pressupostos metafísicos e epistemológicos subjacentes à pesquisa em psicologia. O trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte discute a importância da filosofia para a investigação social em geral, dando ênfase à pesquisa em psicologia. Na segunda parte, o cerne do artigo, reflete-se sobre três pontos específicos: primeiro, qual a especificidade do objeto que queremos investigar? Qual seu estatuto metafísico (ontológico)?; em segundo lugar, quais as implicações (pressupostos) presentes nessa mesma prática investigativa? O que está implícito, o que carregamos conosco, ao fazermos pesquisa?; finalmente, uma reflexão sobre a linguagem e a realidade a que essa linguagem se refere. Na terceira parte, a intenção é escolher algumas técnicas de pesquisa, determinados instrumentais empregados nas atividades de investigação e deixar-se surpreender sobre seus pressupostos tácitos e suas implicações. O artigo conclui com algumas considerações sobre a ética na pesquisa.

Palavras-chave: Pressupostos metafísicos na pesquisa; pressupostos epistemológicos na pesquisa; técnicas em pesquisa; ética na pesquisa.

Metaphysical and Epistemological Assumptions in the Research

Abstract

The paper presents a reflection on the metaphysical and epistemological assumptions of psychological research. It is divided into three parts. Firstly, it discusses the importance of philosophy for social research in general, emphasising research in psychology. Secondly, the main part of the article, a reflection is made on three specific points: what is the specificity of the object one is supposed to investigate and what is its metaphysical status?; what are the assumptions present in this specific investigative practice and what is implicated, what is carried along, in doing research; finally, a reflection is conducted on the language and the reality this language supposes. Then, it analyses the assumptions underlying the research object and practice. Finally, some research techniques are discussed, pointing to their advantages and shortcomings, having in mind the assumptions implicit in these instruments. The article ends with some considerations on ethics in research.

Keywords: Metaphysical assumptions in research; epistemological assumptions in research; research techniques; ethics in research.

As reflexões que seguem são como um balanço crítico que todo pesquisador, estou convencido, deve fazer de tempo em tempo, para se dar conta das mudanças ocorridas em seu trabalho, dos impasses, das conquistas. Paulo Freire dizia, nos últimos anos de sua vida, que havia um livro que ele nunca iria terminar de escrever, que se chamava: “A superação de minhas ingenuidades”. Vejo que isso é certo. Vamos, dia a dia, superando nossas ingenuidades. Ninguém possui uma compreensão total de todas as coisas, nem mesmo a compreensão total de uma única coisa. Vamos arranhando as coisas passo a passo, momento a momento, descobrindo novos sentidos, ampliando compreensões, penetrando mais a fundo no seu mistério.

Uma das práticas fundamentais e indispensáveis nessas lides acadêmicas, testemunhadas por vários pensadores (Bourdieu, 2001; Gaskell & Bauer, 2000; Gill, 2000; Leach, 2000; Thompson, 1995) é a *reflexão-reflexividade*. Reflexão significa “dobrar-se sobre si mesmo”, pensar sobre nossos próprios pressupostos. Essa é uma das razões de estar enviando esse trabalho para uma revista que tem essa palavra como título (Psicologia Reflexão e Crítica), pois estou convencido de que tal dimensão deve, mais e mais, ser incentivada e desenvolvida.

As reflexões que seguem pretendem discutir um tema estreitamente ligado à questão da pesquisa, mas que bebe, originalmente, em dimensões centrais à própria filosofia, pois discute problemas ligados à epistemologia e à metafísica. Trazem à consideração crítica uma questão central, muitas vezes esquecida, não sem sérias conseqüências, por pesquisadores e por orientadores de dissertações e teses, mas que tem repercussões centrais em todo trabalho de investigação.

¹ Sou grato à doutoranda Denise Amon e à mestranda Karina Preisig, da Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, pelas valiosas críticas e sugestões oferecidas ao artigo.

² Endereço para correspondência: Avenida Ipiranga, 6681, prédio 11, sala 927, 90619 900, Porto Alegre, RS. Fone (51) 33203500 (r. 4207/4466), Fax: (51) 3320 3633. E-mail: guareschi@pucrs.br

A caminhada empreendida na discussão desse tema passa por três passos interligados: em um primeiro, procuro trazer à lembrança o papel fundamental da filosofia, essa ciência tão antiga e ao mesmo tempo tão nova e atual. Em um segundo passo, enfrento a discussão da importância de se ter clara a complexidade dos fenômenos que se quer investigar e de ter claros também os pressupostos que carregamos ao nos aproximarmos do objeto a ser pesquisado; a reflexão filosófica das realidades nos ajuda a definir, com a maior nitidez possível, o que, de fato, supostamente se quer investigar. Finalmente, em um terceiro passo, arrisco fazer algumas considerações sobre como os pressupostos presentes em determinados instrumentais metodológicos existentes hoje, nos alertam sobre avanços e limitações na compreensão dos fenômenos.

O Papel da Filosofia

Há uma famosa afirmação de Marx e Engels (1977), nas Teses sobre Feuerbach, em que ele diz que “os filósofos tinham tentado interpretar o mundo; a questão agora era transformá-lo” (p. 7). Apesar de em princípio achar que isso deva ser assim, faria uma pequena distinção e diria, com Rorty (citado em Ghiraldelli Júnior, 1999), que o simples fato de interpretar, de tentar compreender o mundo, já é transformá-lo. Freire, em sua fala na PUCSP, sobre o simbólico e o diabólico, afirma que “dizer a palavra já é transformar a realidade” (Freire, 1997).

Bem, mas o que quero discutir aqui é algo mais simples. No seu papel de interpretar e, com isso, transformar o mundo, a filosofia nunca perde sua atualidade. Como o vinho, quanto mais velho, melhor para ser degustado. A ciência moderna, no afã de explorar, transformar e tirar proveito do mundo, acabou esquecendo uma pergunta banal, mas fundamental: para que tudo isso? A poluição e a destruição ambiental, o consumismo irracional, a obsolescência planejada às custas de um lucro insaciável, são algumas questões que deveriam provocar nossa reflexão. A filosofia, ao contrário, volta-se para questões aparentemente banais, mas fundamentais, às quais não damos atenção. Por isso, uma das dimensões centrais da filosofia é a ética. Voltaremos a isso no final do trabalho. Mas o que faz a filosofia? Ela procura, inicialmente, dar um mergulho na realidade aparente e superficial do fenômeno para poder compreendê-lo mais a fundo, ir a suas raízes básicas: é o estudo da metafísica. E ao mesmo tempo, pergunta-se pelo processo de como os humanos podem chegar à compreensão desses fenômenos e pelas conseqüências disso: é a epistemologia. Metafísica, epistemologia e ética são três dimensões essenciais da filosofia.

Para a filosofia nada é banal, ou sem importância. A filosofia procura se distanciar do que nos parece aceito sem

discussão e *admirar-se* diante de coisas que, à primeira vista, parecem não ter nada de admirável. Aristóteles dizia que a capacidade de alguém de se admirar é a condição fundamental de todo empreendimento científico. Vejamos alguns exemplos.

Karl Marx procurou se admirar diante de algo extremamente banal: a mercadoria. Nada mais banal do que uma caneta, uma roupa, um rádio. No entanto, por detrás desses objetos, há algo *misterioso* e deles nunca poderemos saber tudo. Atenção que, aqui, *mistério*, ao contrário do que muitos pensam, não é algo que não se possa entender. Mistério é algo do qual não se pode entender *tudo*. Permanece sempre uma dimensão a ser explorada. Pois Marx tentou dar um mergulho nesse “fenômeno”, que é o objeto, a mercadoria. Mostrou como as pessoas, normalmente, ficam na casca, na superfície. Não chegam a se dar conta que por detrás desse objeto, há algo fantástico e extraordinário, isto é, está o próprio ser humano, com o que ele tem de mais admirável, que é sua capacidade de criar e transformar as coisas. É assim que ele afirma estarem presentes no objeto nossos irmãos/ãs que o produziram.

Na desafiadora prática do ensinar/aprender, gosto de dar o seguinte exemplo: tomo uma cadeira e a coloco em cima da mesa. Peço, então, que alguém explique a um tailandês, que tivesse sempre vivido em uma aldeia do interior (onde em geral as pessoas sentam, comem, dormem, estudam, etc. no chão), que não conhecesse o que é uma cadeira, que lhe fizesse entender o que seria esse objeto. O que acontece, então, é algo interessante. Começa-se de imediato a descrever a cadeira pelo seu exterior, o que se vê: ela tem quatro pés e um encosto (forma), é feita de madeira ou outro material (matéria), serve para se sentar (finalidade) ... e pára-se por aí. Os colegas, convidados a ajudar, também não *vêem* mais nada. É que ficamos na casca, na aparência, na superfície. Mas, se dermos um mergulho para dentro dessa coisa *banal*, veremos que seria impossível essa cadeira sem o ser humano, que se retirarmos o ser humano dessa cadeira (sua relação de criação e trabalho), a cadeira desapareceria, seria apenas *natureza*. Chauí (1990), em quem a filosofia nunca deixa de estar presente, aprofunda essa questão e mostra como a filosofia grega procurava compreender os objetos a partir das quatro causas: formal, material, final e eficiente. No exemplo acima, podemos ver que apenas foram mostradas as três primeiras, esquecendo-se da quarta, que chama a atenção exatamente para *quem* fez, isto é, o ser humano. Chauí continua mostrando que para os gregos, contudo, a causa mais importante era a final, pois *afinal* as cadeiras eram feitas para os senhores sentarem. E a menos importante era a eficiente, pois quem

fazia as cadeiras eram os escravos e não era prudente chamar muito a atenção sobre isso! Entra, aqui, é claro, a questão da ideologia, que é o que Chauí quer enfatizar.

Mas podemos, na análise desse misterioso e banal fenômeno, que é um objeto, ir adiante e perguntar o que, então, dá *valor* a esse objeto. (Entende-se, aqui, valor *econômico*, isto é, o quanto eu pago em dinheiro por esse objeto, e não o valor *natural* – da natureza – ou o valor *moral*, que provém de razões éticas ou culturais). A percepção ingênua do fenômeno iria dizer que o que dá valor é a *raridade*, pois quanto menos objetos, maior é a procura e mais alto o preço; ou a *utilidade*, pois quanto mais útil, supostamente custaria mais; ou que o que daria valor seria o próprio *preço*. Podemos, contudo, demonstrar que todas essas dimensões (raridade, utilidade e preço) são superficiais, externas ao objeto. Mas o que permanece inalterado é exatamente a relação “trabalho humano”. Se tirarmos essa relação, o objeto desaparece. Preço é diferente de valor: preço é uma etiqueta que eu coloco no objeto, que pode ser mais ou menos alta, mas muitas vezes o preço é menor (ou maior) que o valor, pois o valor é o trabalho humano despendido na consecução desse objeto. A queixa do agricultor, que trabalha de sol a sol para plantar seu milho e criar seus animais, é terrivelmente realista e filosófica: “O preço é menor que o valor!” E assim também a raridade e a utilidade, que são fatores contingentes, acidentais.

Um rápido exemplo ainda, extremamente prático, que nos ajudará mais tarde. Tomemos as reflexões de Habermas (1995) sobre a fala. Ele se preocupa com coisas muito sérias, e até mundiais, como é o caso da possibilidade de um entendimento global, de conseguirmos um mundo de mais paz e convivência pacífica. E ele vai investigando com cuidado, mergulhando no fenômeno, até que se detém diante de um fato extremamente banal: o fato de nós estarmos conversando e o que há por detrás dessa “conversa”.

A partir daí ele, sempre se admirando, começa a refletir sobre algo muito interessante. Por exemplo, quando nós falamos, estamos *pressupondo* (atenção, a filosofia sempre procura ver os pressupostos, isto é, o que não é dito, ou mostrado de imediato, mas está implícito, sempre presente, e sem isso o fenômeno não se mantém) quatro coisas essenciais. Vamos exemplificar. Se eu digo “o dia está quente”, estou pressupondo que o outro vai entender o que digo (a inteligibilidade); que estou falando corretamente (a correção) – se dissesse: “os dia estivessem quente” as pessoas certamente estranhariam - que estou dizendo algo verdadeiro (verdade); e finalmente que estou sendo sincero (sinceridade). Agora veja você: se acaso alguém discordar de algum dos pressupostos acima, ele irá responder com outra afirmativa, digamos: “não, o dia está agradável”. E aqui está o *admirável*:

nessa resposta, estão novamente presentes os quatro pressupostos: inteligibilidade, correção, verdade e sinceridade. E se eu retornar com outra colocação, novamente esses pressupostos deverão estar presentes, até mesmo quando eu duvidar, supostamente, da sinceridade do interlocutor. Moral da história: é impossível avançar em qualquer empreendimento sem que se tenham, *como pressupostos*, como *fundamentos*, esses quatro pontos. No momento em que você negar um deles, o entendimento se torna impossível. Em outras palavras: fora da comunicação não há salvação!

É a partir daqui que Habermas constrói sua teoria da ação comunicativa, que é bem mais complexa. Mas ele, como bom filósofo, começa se *admirando* desse fato banal, isto é, dos pressupostos que estão por detrás de uma frase, por mais simples que seja, dita por alguém. E a partir daí mostra que ela contém em si elementos essenciais para o entendimento. E que através da fala, buscando-se o melhor argumento (porque também somos racionais, e são várias as *racionalidades* possíveis) podemos chegar a um acordo, ao menos temporário. E isso pode ser em âmbito familiar, comunitário e - por que não? - mundial.

Pois isso é filosofar. É admirar-se diante de coisas aparentemente banais, mas centrais e indispensáveis em nossa vida. E é sobre um fenômeno assim, ligado à pesquisa e, de modo mais geral, à psicologia social, que arrisco algumas reflexões.

Pressupostos dos ‘Objetos’ e da Prática de Pesquisa

Nessa segunda parte, pretendo fazer um exercício de aplicação das considerações acima a alguns pontos específicos referentes ao campo da pesquisa, dentro do contexto mais restrito da psicologia social. Discuto alguns pontos que, à primeira vista, parecem ser dispensáveis, mas que, do meu ponto de vista, trazem conseqüências importantes para a pesquisa e teço algumas considerações sobre eles. Todos os tomamos como pressupostos, mas poucas vezes nos detemos a *refletir* sobre eles. Discuto três pontos: primeiro 1), qual a especificidade do objeto que queremos investigar? Qual seu estatuto metafísico (ontológico)? Em segundo lugar 2), quais as implicações (pressupostos) presentes nessa mesma prática investigativa? O que está implícito, o que carregamos conosco, ao fazermos pesquisa? Finalmente 3), uma reflexão sobre a linguagem e a realidade a que essa linguagem se refere.

1) Um ‘gancho’ que nos ajuda a penetrar nessa primeira reflexão poderia ser o seguinte episódio: ao final de uma palestra proferida por Jean Baudrillard, na Faculdade de Comunicação da PUCRS, no dia 20 de outubro de 1997, onde falou sobre a era da informação, foi-lhe feita a seguinte

pergunta: “Quem está falando e de onde fala?” Sua resposta, muito rápida, foi: “Quem fala aqui não é Baudrillard e fala de lugar nenhum”. O que isso leva a pensar?

Baudrillard faz parte do grupo dos “pós-...” (modernos, estruturalistas, marxistas, etc.), pois questiona uma modernidade que cristalizou idéias, enquadrou conceitos em camas de Procusto, quantificou o real. Pesquisando os fenômenos precipitantes das novas tecnologias, principalmente no que se refere à comunicação, tentou mostrar como as realidades têm dificuldade em “permanecer” nos dias de hoje, não subsistem por longo tempo, esvaziam-se e transformam-se vertiginosamente. São fluxos contínuos. Aliás, o termo “fluxo” é extremamente privilegiado nessas análises. Dentro desse quadro referencial, não é de estranhar a resposta dada por ele: somos fluxos mal identificáveis em um espaço etéreo que tudo abarca, tudo compreende, mas que não pode ser fixado, onde há uma superação contínua da distância, espaço e tempo.

Longe de nós querer resumir Baudrillard à frase supracitada. Penso até que a resposta tinha mais objetivos retóricos, provocativos, do que mesmo afirmativos. Esqueçamos, então, o autor e fiquemos no que tal resposta poderia implicar. Por isso ela é apenas “gancho”.

No dia a dia das lides acadêmicas, percebo sempre mais a dificuldade de dialogar com pessoas que estão tão entusiasmadas pelos “fluxos”, que tudo fica condicionado a momentos, instantes, e onde se cria grande ojeriza a tudo o que pode “permanecer” e a tudo o que demonstra certa pretensão de “durabilidade”. Se, por ventura, se perceberem sinais de algo que sugira continuidade, permanência, possível estabilidade em alguma “realidade” conceitual, teórica... pronto: estamos diante de uma reificação, de uma ossificação. Compreendo muito tal “espírito”. Tem suas razões e justificativas. E merece uma reflexão.

Qualquer pessoa que esteja lendo essas reflexões já realizou, certamente, ou está realizando alguma pesquisa. E ela terá seu “objeto”. Poucas vezes, contudo, detemo-nos para refletir sobre qual o estatuto metafísico, ontológico (de realidade), desse objeto e quais as dimensões do objeto que pretendemos investigar. Passamos por cima desses “pressupostos”, e talvez seja essa a razão de encontrarmos dificuldade em progredir, ou entrarmos em conflito com outros que realizam diferentes pesquisas.

Por exemplo: se vou fazer um estudo sobre desemprego, posso analisar o caso concreto de uma pessoa, ver sua história, estudar suas especificidades. Mas posso também me perguntar sobre a razão de o índice de desemprego ter subido de 6 para 15% em questão de meses. Tudo é legítimo. No primeiro caso, eu identifico razões particulares, psicológicas, específicas dessa pessoa: falta de iniciativa, comodismo, despreparo, etc. Já no segundo caso, para explicar

o aumento de milhões de desempregados em alguns meses, necessito ver outras explicações. É pouco provável que tenha surgido uma epidemia de preguiça para que milhões fiquem desempregados do dia para a noite. Para além das características individuais, psicológicas, das pessoas, tenho que investigar causas mais “sociais”, “estruturais”, do fenômeno. Meu objeto de investigação vai assumir um estatuto ontológico diferente, com as conseqüências que daí derivam. Mas o importante é que se examine sempre o objeto.

Arrisco aqui outro exemplo, bem mais complexo, que faz surgir discussões acaloradas, com conseqüências mais abrangentes, e que implica pressupostos questionáveis sobre o estatuto do objeto e do sujeito da investigação: trata-se da discussão existente com respeito ao *discurso*, ou à *análise discursiva*. É interessante ver como tal discussão está tomando cada vez mais aspectos metafísicos (teóricos e metateóricos) (De Rosa, 2001). A complexidade com respeito à análise de discurso começa quando nos damos conta de que já foram identificadas 57 variedades diferentes de tais análises (Gill, 2000). Mas minha reflexão, aqui, quer apenas acenar para a importância de se refletir sobre o tema antes de iniciarmos qualquer investigação que pretendamos fazer. Tomo algumas versões de analistas do discurso que, a partir de posições anti-essencialistas e anti-realistas, enfatizam a especificidade histórico-cultural e relativística do conhecimento, centrado na linguagem como uma forma de ação social e pré-condição do pensamento, com forte ênfase na interação e nas práticas sociais e, conseqüentemente, nos processos interativos que criam conhecimento na negociação das trocas sociais. Para eles, “não há nada fora do texto”. Os pressupostos evidenciam um contextualismo e uma contingencialidade das coisas. Para esses, a análise de discurso se caracteriza por uma orientação “anti-mentalista” drástica e por se centrar exclusivamente na análise das práticas sociais, identificadas “*tout court*” com as práticas discursivas:

A análise de discurso evitou qualquer forma de reducionismo cognitivo... O interesse é firmemente com o uso da linguagem... É a análise de discurso que oferece uma psicologia social sistematicamente não cognitiva como uma alternativa aos tipos cognitivos cada vez mais invasivos. ... o ponto é que a análise e a explicação pode ser feita ao nível psicossocial que é coerentemente separável do cognitivo. (Potter & Wetherell, 1987, p. 157)

E depois, “a questão tem a ver com a interação, de tal modo que tais questões filosóficas ontológicas podem ser deixadas para os respectivos entendidos” (Potter, 1996, p. 178).

Nosso entendimento é que tais questões filosóficas são pressupostos que devem ser levados em consideração pois são parte intrínseca do fenômeno a ser analisado. Como aponta De Rosa (2001, p. 13):

As proposições centrais de relativismo e contextualismo, sendo por sua vez incapazes de serem relativizadas e contextualizadas, parecem se auto-contradizer. Ao declararmos a absoluta relatividade do conhecimento, tal afirmação mesma é teorizada a partir de uma verdade incondicional e absoluta, que nega a própria idéia de relatividade.

De modo geral, o construcionismo social tem como premissa, entre outras, a dimensão contingente e relativa que caracteriza todo discurso. Ora, tal “discurso” deve caracterizar também sua produção “teórica” e os resultados de sua investigação. Com isso, pode-se argumentar que toda teoria que postule uma relatividade total do conhecimento é, ela também, relativa e contextual, como argumenta Burr (1995, p. 180):

O relativismo da teoria discursiva torna difícil justificar a adoção de uma leitura particular de um acontecimento ou texto em lugar de outros. Esse é um problema que acontece devido à própria reflexividade da teoria, isto é, a maneira como a teoria é aplicada a si mesma e a sua própria prática de pesquisa.

Alguém, portanto, que apresente uma teoria claramente relativista, por isso pluralista e contextual, não está afirmando sua relatividade, mas ao contrário, está afirmando sua verdade incondicional com uma estratégia retórica para se auto-legitimar. Sucede, então, que acaba aceitando um pressuposto ontológico e dogmático, com base nas seguintes teses: o relativismo radical está colocado em uma situação relativizadora; o relativismo radical, na auto-referencialidade presumida com esse discurso, fecha a possibilidade de diálogo com outras teorias ou compreensões do mundo.

Amon (2001), refletindo sobre as conseqüências desse pensamento dos fluxos, que pode levar a um imperativo do relativismo, pergunta-se pelo tipo de sujeito e pelo tipo de ciência que tal posição faz gerar. Argumenta ela (2001, p. 2):

Se tal postura quer se colocar contra a solidez e talvez o fechamento que o projeto da modernidade possa ter propiciado, será que não seria de se questionar, antes de adotar uma posição anti-essencialista, se a única forma de abertura do sentido seria realmente a sua negação? O relativismo e a posição discursivista correm o risco de paralisar a ação comunicativa, na medida em que podem impedir o diálogo e a busca do entendimento, já que relativamente ao contexto, qualquer sentido e qualquer posição adotada é possível e potencialmente aceitável. Não há consenso, não há compartilhamento, não há base sobre a qual as relações dialógicas possam se estabelecer. Adotar a posição discursivista não implicaria em adotar a impossibilidade da ação

comunicativa, numa longa distância temporal ou espacial? Não significaria anular a voz que enuncia, diluir o compromisso e a responsabilidade dos atores sociais?

Há, ainda, outro ponto, bem interessante, que mostra até onde deveria chegar a coerência, na pesquisa, de quem aceita premissas como as formuladas por discursivistas radicais. Comenta Burr (1995, p. 181)

A reflexividade se refere também ao igual status, dentro da análise de discurso, dos pesquisadores e seus entrevistados, bem como às narrativas oferecidas por eles. Isso significa que os analistas de discurso devem encontrar um modo de instituir, em sua pesquisa, oportunidades para que os entrevistados comentem sobre suas próprias explicações e aquelas do pesquisador.

Além do mais, outra pergunta provocativa poderia ser feita nesse contexto: E o sujeito? Na visão discursivista, o discurso não é considerado apenas como um produto ligado a uma situação interativa específica, mas ele reproduz a existência de discursos mais amplos que circulam na esfera social (os repertórios interpretativos). Através deles, o indivíduo é ligado ao social. Ao buscar seus objetivos (consciente ou inconscientemente), o indivíduo usa estruturas discursivas existentes na linguagem que surgem da relação interpessoal. Essa é uma visão que tem os seguintes pressupostos (metafísicos): tudo é prática social, tudo é relativo e variável. E qual o papel do sujeito dentro dessa ontologia? Responde de Rosa (2001, p. 19): “Ele é transformado de construtor da realidade, em construção da realidade; e de sujeito falante, é transformado em sujeito constantemente falado pelos micro-discursos que variam contextualmente”.

Ou como diz Burr (1995, p. 89)

As pessoas não falam, mas são ‘faladas’ pelo discurso. As pessoas tornam-se, então, bonecos das idéias que eles (erroneamente) acreditam ter de si mesmos e suas ações são determinadas pela estrutura subjacente das idéias e linguagem e não por suas próprias escolhas e decisões. Somos, então, vítimas inconscientes dos discursos?

Isso parece trazer alguns problemas. Sem mencionarmos a questão ética da liberdade e da responsabilidade pessoal, poderíamos trazer aqui a provocação feita por Jovchelovitch (1996) ao discutir essa questão: será que a pressa em retirar o cognitivo (e podemos acrescentar, o sujeito) da jogada não nos pode levar à re-criação de uma nova forma de comportamentalismo?

Em um trabalho ainda inédito, de Rosa e Farr (2001) resumem essa discussão da seguinte maneira:

A derradeira conseqüência da tese dos teóricos da análise de discurso é a tautológica identificação entre discurso, realidade e sujeitos: uma perspectiva que adota implicitamente um pressuposto metafísico e dogmático baseado na afirmação religiosa: No início era a *Palavra*, (Palavra=Deus). (p. 8)

Compreende-se agora melhor o que pode se esconder na frase de Baudrillard, citada no início. Ela faz pensar em objeto circulando, mas nele não se pode identificar nem sujeito nem o lugar de onde ele fala. Ao iniciarmos uma pesquisa temos de ter uma posição diante dessa problemática. Se me coloco à mercê de “fluxos”, sem possibilidade de “ancorá-los”, corro o risco de ser tragado pela correnteza. Por mais que o fenômeno – “fainein” em grego é mostrar-se – seja algo sempre incomensurável, inabarcável, inatingível, nunca compreendido em sua totalidade, ele necessita, contudo, de um lugar e um sujeito para ser ancorado.

Essa, na verdade, é a postura verdadeiramente dialética. Sempre gostei de entender dialética a partir da sua formulação alemã – *aufhebung* – que significa três coisas diferentes e as três dimensões devem ser tomadas conjuntamente, sem privilegiar uma ou outra, em detrimento das demais. Assim, *aufhebung*, em um primeiro sentido, significa *conservar*: algo permanece do fenômeno. Em segundo lugar, *aufhebung* significa *negar*: nega-se, retira-se algo do fenômeno. Finalmente, *aufhebung* significa também *eleva a uma posição superior*, ou se quisermos, mudar, transformar: o fenômeno deixa de ser o que era, para assumir novo *status*.

Nesse primeiro ponto procurei levantar, de maneira rápida, alguns pressupostos que subjazem ao objeto que queremos investigar. Ao contemplarmos um rio, muitas vezes o entusiasmo e a surpresa podem nos deixar encantados pelas águas que correm, pelos redemoinhos e cascatas; mas, se é verdade que o rio corre, é também verdade que ele possui margens e um leito que, tanto como a água corrente, fazem parte do próprio rio.

2) Passamos a um segundo ponto, relacionado ao primeiro, que novamente, de maneira dialética, deve ser levado em consideração para um discernimento crítico. Temos de ter sempre em mente que, ao fazermos pesquisa, empregamos uma linguagem, conceitos, construtos, categorias etc. Tal instrumental já *existe*. Seria impossível trabalharmos sem ele. São pressupostos sem os quais não poderíamos fazer o que nos propomos. Então, temos de contar com isso. Não podemos querer inventar todas as ferramentas com que iremos trabalhar, apesar de podermos, eventualmente, inventar algumas

novas. Mas em geral, até mesmo na criação de outras, empregamos as já existentes.

Acontece que esses termos e conceitos, construtos, já possuem um significado, eles já “existem” também no mundo consensual da linguagem. Semelhante ao caso da conversação (refiro-me à discussão feita na primeira parte sobre Habermas) onde, ao falarmos, estamos pressupondo algumas “exigências” - inteligibilidade, verdade, correção e sinceridade - do mesmo modo, ao pesquisarmos, empregamos termos, conceitos, construtos, categorias, enfim toda uma linguagem e *supomos* que os outros nos entendam. É essa *suposição* que gostaria de lembrar. Isso parece óbvio, banal. E até pode ser. Mas esquecemos, nos debates que estabelecemos, esses pressupostos.

Imaginemos uma discussão acalorada sobre a precariedade, inconsistência e absoluta fluidez dos fenômenos “nos dias de hoje”. Argumentos a favor e contra. Exemplos e manifestações. A conclusão a que alguém pode chegar é de que *nada sobrevive, tudo se dissolve*. Há, contudo, algo que permanece: é o sentido das palavras que as pessoas estão empregando. E quando alguém afirma: “eu não aceito isso que você está dizendo! Essas são convicções suas, são idéias suas, são teorias suas!” - tudo isso pode ser verdade, são de fato idéias minhas, convicções minhas -, ele está ao mesmo tempo empregando um “instrumento”, isto é, uma linguagem que pressupõe que podemos nos entender, e essa linguagem deve ter certa estabilidade, certo consenso, certa aceitação comum, caso contrário seria impossível prosseguirmos no diálogo. O que quero dizer é que está presente aqui certa “consensualidade”, algo já estabelecido e acordado.

Se presumimos, pois, que os sentidos do discurso flutuam nas relações discursivas ligadas, no tempo e no espaço, a contextos em que o discurso é produzido, dentro de uma perspectiva relativizadora e anti-essencialista, que códigos poderá usar um analista para traçar os “sentidos” que não estejam ainda presentes no ato discursivo? Essa perspectiva auto-referencial pode nos levar à conseqüência extrema de anularmos todo código que não esteja atualmente imanente à situação discursiva e, por isso, auto-evidente, a não ser que alguém recorra a um horizonte hermenêutico diferente, como o do “visível-invisível”, ou “consciente-inconsciente”.

Existem, pois, até mesmo para negar, certas realidades afirmativas. São esses pressupostos que devem ser lembrados. E isso é o admirável da vida social. Sem isso nada seria possível. Quem nega isso, necessita disso para produzir sua negação. E é isso que parece (digo com cuidado, tenho a sensação de que assim é) estar ausente

ao se desfazerem determinados tipos de investigação que procuram mostrar exatamente essa “permanência precária”.

É possível viver sem isso? Certamente não. Até mesmo a pesquisa sobre o caos desenvolveu teorias e métodos para discutir o caos e distinguir desordem caótica da pura probabilidade (Fassnacht, 2000; Grassberger & Procaccia, 1993). A teoria do “caos”, então, não é a negação de toda a ordem, mas é uma teorização da desordem.

Mas podemos ainda ir um passo à frente, e deixarmos provocar por outra questão muito interessante com referência à dimensão de “realidade”, isto é, da dimensão metafísica dos fenômenos.

3) O terceiro ponto poderia iniciar com uma pergunta: E como ficam as coisas “lá fora”? Jovchelovitch e Bauer (2000, pp. 71-72), em um trabalho em que discutem a entrevista narrativa concluem, como bons filósofos, com uma rápida discussão sobre a relação entre narrativa e realidade, ou a conexão entre o discurso e o mundo que está além dele. Quem me assegura que aquele que está contando uma história, está mesmo dizendo a verdade? Ou ainda mais radicalmente, que fazer diante de situações como a que nos apresenta Castoriadis (1995), de alguém que, ao mostrar a Torre Eiffel, em vez de dizer “essa é a Torre Eiffel”, diz “essa é minha avó”? Pois aqui está a questão. Trata-se, agora, de discutir sobre a realidade “lá fora”.

Ambas as expressões acima refletem “realidades”. Ficaríamos, certamente, mais tranquilos quanto às pessoas que formulam a primeira afirmação, do que quanto às que formulam a segunda (principalmente se somos psicólogos). O que não podemos, contudo, é simplesmente ficarmos quietos e dizer que tudo está igualmente bem. Temos a possibilidade de fazer uso de um instrumental que nos ajuda a ir em frente e deslindar essa problemática. Esse instrumental, contudo, deve ser partilhado por ambas as partes, como vimos anteriormente. Em outras palavras, há algo já estabelecido, a linguagem, os conceitos, algo que não precisamos criar.

Através desse instrumental podemos, então, chegar à compreensão de qual é a “realidade” subjacente a um ou a outro caso. Até mesmo para compreender a razão da segunda afirmação, a que afirma ser a torre sua avó, necessitamos de algo que poderíamos chamar de “partilhado” e “estabelecido”, podendo-se chegar, assim, a possíveis acordos sobre a realidade “lá fora”. Mas é necessário o reconhecimento implícito de que há algo que existe.

Passemos a nos admirar diante de surpresas presentes em algumas situações de investigação.

Pressupostos dos Métodos Investigativos

Nessa terceira parte a intenção é escolher algumas técnicas de pesquisa, determinados instrumentais que empregamos em nossas atividades, e procurarmos nos surpreender através da reflexão sobre o que eles implicam, quais seus pressupostos. Novamente os *pressupostos*, isto é, algo que tomamos como dado, sem qualquer reflexão sobre o que pode estar implícito em nossas ferramentas. Esperamos que, ao mesmo tempo, a discussão nos ajude a discernir as vantagens e limitações dessas técnicas.

Poderíamos iniciar parafraseando Farr (1982), dizendo que toda pesquisa se constitui em estratégias que empregam técnicas, ou métodos, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista, sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia uma pesquisa.

Marx (1968), no início do 18 Brumário, diz: os homens fazem a história, mas não exatamente como gostariam, pois há condições objetivas que os constroem. Do mesmo modo com respeito ao mundo social: ele não é um dado natural, mas é construído por pessoas em suas vidas cotidianas, onde nem todas as condições foram por elas estabelecidas. É esse mundo da vida que a pesquisa deseja mapear, descrever, explicar, compreender ou transformar. E para isso necessita de um instrumental. Até que ponto ele pode ajudar ou limitar a compreensão desse mundo? As discussões feitas nas duas primeiras partes servem como pano de fundo às questões que seguem.

O objeto e o método

Há determinados temas que só se deixam “agarrar” por determinados instrumentos. A pesquisa é uma viagem em busca de luz, compreensão. Nem todos os caminhos levam ao mesmo lugar, há vários caminhos que levam ao mesmo lugar e há várias maneiras (instrumentos) de chegar até lá (posso ir de um lugar a outro de carro, de avião, a cavalo e até mesmo andando).

É importante, como lembram Bauer, Gaskell e Allum (2000, pp. 9-10) não sucumbir à “lei do instrumento”, isto é, decide-se, de antemão, que deve ser empregado tal instrumento e com isso ele passa a ser prioritário. A consequência se assemelhará a uma situação em que, dando-se um martelo a uma criança, ela vai pensar que tudo deve ser objeto de pancada. Deve-se cuidar para não assumir uma mentalidade tipo “prego e martelo”: apesar de, na arrumação de uma casa, podermos, com martelo e prego, fazer uma porção de coisas, eles não se prestam, certamente, para pintar uma casa, ou serrar uma madeira. Somente uma reflexão anterior sobre qual é nosso objeto de pesquisa, sua constituição, seu status ontológico e epistemológico por um lado, e as propriedades específicas do método e do instrumento, por outro, vão evitar muitos desvios, perda

de tempo e somente assim poderemos conferir qualidade a nossa investigação.

Uma segunda questão que deve ser feita: como é possível, em pesquisas tanto quantitativas, como qualitativas, “traduzir”, ou “transladar” as informações conseguidas sobre o fenômeno? Como “informar” nossos colegas de trabalho sobre nossos possíveis achados? Eles não podem refazer, pessoalmente, o caminho que fizemos, escutar novamente as pessoas, participar dos mesmos acontecimentos.

Essa é uma questão que deixa a maioria dos pesquisadores de cabelos brancos. E novamente percebemos aqui nossas limitações e temos que ser muito humildes. Mas nem por isso devemos assumir um ceticismo e confessar a impossibilidade de progredir. Temos que fazer o que é possível, confessando e assumindo as limitações.

Essa questão se coloca, de maneira diferente, tanto para quem acredita que há fenômenos qualitativos, que não podem ser quantificados, enumerados, pesados e medidos, como também para os que pensam que isso seja possível. Subjacente a tudo está, primeiramente, um ato de fé, metafísico e epistemológico, sobre o que é a “realidade” social. Se eu acredito (veja o ato de fé aqui, *acredito, creio*), isto é, se eu aceito (a fé é uma aceitação livre, de coisas que eu não posso provar) que a realidade é algo concreto, que pode ser medido, pesado, quantificado, enumerado etc, eu vou usar instrumentos que julgo adequados à identificação e “translação” dessa realidade. E, posteriormente, vou apresentar essas informações de maneiras diferentes.

Aliás, aqui está um ponto bem interessante, do qual poucos se dão conta: em geral, mesmo que minhas convicções metafísicas e epistemológicas sejam distintas, eu emprego, na coleta do material, os mesmos instrumentos: questionários, entrevistas, observações etc. Minhas convicções vão se diferenciar no momento em que eu vou apresentar, isto é, “transladar” aos outros meus resultados. No momento da apresentação eu posso tanto usar medidas estatísticas, medidas que supõem números, quantidades, proporções, ou vou usar mapas que indiquem saliências do fenômeno, as próprias falas das pessoas, as frequências, as ênfases, as repetições etc.

Uma primeira lição, pois, que se pode tirar disso é que não podemos desvincular o método do referencial teórico. Muitos de nós estamos convencidos de que os sentidos não podem ser contados, não são discretos e os valores são demasiado infáveis para serem medidos. Mas é interessante observar que Osgood (1957), por exemplo, escreveu até um livro sobre a *mensuração* dos sentidos. Acontece que ele era um neo-comportamentalista, e com seu “diferencial semântico” (Osgood, Suci & Tannenbaum, 1957) procurava “quantificar” o sentido, o que hoje nos parece um tanto

absurdo, mas dentro de seu enfoque teórico poderia fazer sentido. Se trabalho com representações sociais, por exemplo, como o fazem Moscovici (1984), Jodelet (1991), os números nas tabelas se ancoram em uma perspectiva conceptual diferente (Rose, 2000). O que um número significa depende da natureza do material empírico e também da natureza da linguagem da descrição. Até mesmo a matemática emprega teorias, inclusive teorias que lidam com contingência, aleatoriedade e probabilidade.

É interessante ver a diferença, nesse aspecto, entre Durkheim e Weber. Durkheim tomava os fatos sociais como “coisas”, e assim “coletava” diversos fatos, analisando sua média, suas correlações, suas probabilidades. Já Weber procurava “compreender” o fenômeno e sua metodologia consistia em construir um “tipo ideal” desse fenômeno (burocracia, por exemplo), analisava os outros fenômenos comparando-os com esse “tipo ideal” – no que se assemelhavam, no que diferiam, mostrando, assim, as especificidades de cada um.

Muitos fazem objeções a análises de conteúdo que empregam números e tabelas (Allen, 1985; Leiss, Line & Jhally, 1986), afirmando que números não podem ser aplicados a significações e que contar palavras ignora a estrutura e o contexto. Como proceder, na prática? Pois isso depende de como são “lidas” essas tabelas. Tabelas, gráficos, etc, se existentes em uma pesquisa qualitativa, podem ser lidos como mapas. Eles mostram pontos de ênfase e insistência e pontos de carência e ausência em determinadas informações. Não são uma matemática de mais, menos, de vezes, médias, proporções, mas apresentação de temas indicativos de presenças e ausências apenas. Aliás, a indicação de ausências é outra indicação do referencial metafísico e epistemológico subjacente à teoria do pesquisador: se minha concepção de realidade se resume ao que *está aqui, ao positivo*, vou prestar atenção às presenças, àquilo que foi dito, contado; já se meu referencial é dialético e crítico, as ausências, o que não foi dito nem revelado, poderá ser de tanta importância como o que foi apresentado. Como insistem os semiólogos, o que está ausente é tão importante como o que está presente.

Outro método ainda de apresentar as informações em investigações qualitativas pode ser o emprego de citações ilustrativas. Em uma análise onde o método é teoricamente fundamentado e onde as informações são também apresentadas numericamente, pode-se admitir que citações em forma de exemplos possam ser empregadas para ilustrar e confirmar, ou desconfirmar, as proposições teóricas e metodológicas. Em outras palavras, as regras para a seleção de citações ilustrativas devem ser, elas próprias, teoricamente fundamentadas. Isso quer dizer que não é necessário selecionar citações ilustrativas aleatoriamente. Ao contrário,

elas devem ser selecionadas tanto para confirmar, ou desconfirmar, os princípios teóricos e a dimensão dos dados empíricos apresentada em forma de números.

O bom senso, uma prática reflexiva e uma atenção crítica sobre as implicações epistemológicas existentes entre o método e a teoria empregados devem ser nosso guia. Dependendo do objetivo que temos em mente, diversos métodos podem ser empregados. Se o intuito é uma análise semiótica aprofundada, poder-se-á necessitar de muito espaço e tempo. O livro de Barthes (1975) é um exemplo de alguém que, para fazer um estudo semiótico de uma pequena história, teve de escrever um livro.

Os teóricos da “análise da conversação” trazem-nos alguns questionamentos que também podem nos ajudar a exemplificar as discussões feitas na primeira e na segunda parte desse trabalho, principalmente a atenção aos *pressupostos*. Ela nos lembra que em muitas pesquisas, tanto as que empregam questionários, como principalmente as que usam grupos focais, existe, no momento da coleta das informações, um tipo de “gerenciamento” ordenado da interação, que é feito pelos próprios participantes. Uma análise de discurso, ou análise de conteúdo, por exemplo, vai se interessar, em geral, em pressupostos subjacentes a estruturas mais amplas. Em uma análise da conversação, o pesquisador vai procurar entender como a interpretação da fala de um participante foi entendida pelos outros participantes e como muito do que é dito e respondido ao tópico que se quer investigar depende, muitas vezes, do próprio conteúdo da discussão que está sendo processado. A chave das informações está nas relações entre os turnos das falas e não nos pressupostos sobre estruturas subjacentes mais amplas. Esse enfoque exige, por isso, uma atenção cuidadosa de como cada fala foi exatamente feita, especialmente em questões de tempo, tais como pausas, sobreposições e interrupções.

Uma grande vantagem da análise da conversação é que ela nos ajuda a explorar tipos de categorias pressupostas pelos participantes e não apenas as do pesquisador. Quando os pesquisadores tomam esses pressupostos em consideração? Ela pode nos mostrar como os participantes juntam e contrastam atividades e atores, relações que em geral são perdidas em análises de conteúdo, e como os atores apresentam mutuamente seus pontos de vista. Tal procedimento pode levar a mudanças práticas no estilo e na estrutura da entrevista, ou na moderação de um grupo focal. E ele pode ser um passo importante na direção de uma pesquisa mais reflexiva, capacitando os pesquisadores a considerar o tipo de situação que criaram, a orientação dos participantes com relação a ela e seus próprios papéis como pesquisadores. Mais uma vez aparece aqui a importância da reflexividade,

como tentativa de superação de nossos pressupostos (Myers, 2000).

O mínimo que tal procedimento pode trazer é a precaução e a importância em examinar as categorias dos participantes, descobrindo o que eles tomam como sendo relevante a essas categorias, fornecendo uma explicação explícita para aquilo que poderia, de outro modo, ser deixado às vagas intuições do analista; pode ser também um modo de melhorar técnicas de pesquisa e de refletir na situação da investigação e do lugar do pesquisador dentro dela.

O computador e a pesquisa

Esse último item quer trazer à luz alguns pressupostos presentes no emprego do computador na pesquisa, principalmente na pesquisa qualitativa. Uma primeira preocupação é a de que o uso do computador possa alienar o pesquisador de suas informações (Agar, 1991; Seidel, 1991; Seidel & Kelle, 1995), ou que possa tomar conta da análise. Mas o risco metodológico está, em geral, relacionado à codificação. Seidel e Kelle (1995) argumentam que a distinção entre dois diferentes modos de codificação é crucial para evitar uma alienação séria das informações: os códigos podem ter uma função referencial, o que significa que eles são como sinalizadores para certas passagens de texto; ou eles podem ter uma função factual, o que significa que eles são empregados para denotar determinados fatos. O primeiro tipo de codificação é característico de um estilo aberto e indutivo de investigação, em geral qualitativo, empregado por uma análise interpretativa de dados textuais, na tradição dos enfoques da hermenêutica e do interacionismo. O segundo tipo se relaciona com o estilo dedutivo de análise textual, na tradição da análise de conteúdo clássica. Ao empregar determinados procedimentos de software para tratamento de dados textuais, os analistas podem – sem se dar conta – confundir esses dois modos de codificação: eles podem, involuntariamente, passar do uso da função referencial dos códigos (coletando segmentos de texto que se referem, de maneira ampla e geral, a um número de conceitos definidos de maneira mais ou menos vaga), para o tratamento dos códigos, como se eles fossem representações de uma informação concreta. Há, aqui, o perigo de se perder o fenômeno, devido à reificação dos códigos: o analista começa trabalhando exclusivamente com seus códigos e se esquece dos dados brutos, sucedendo, então, que o pré-requisito necessário para que ele pudesse trabalhar não foi ainda assegurado. Há apenas uma união vaga entre um código e uma informação, em vez de uma relação claramente definida entre tal código e o fenômeno: o código não foi atribuído para denotar

certo acontecimento, incidente ou fato discretos, mas apenas para informar ao analista que há uma informação interessante, contida em determinado segmento de texto, relacionada a um tópico representado por um código. Ao aplicar regras estritas a códigos vagos e “difusos”, os pesquisadores podem, facilmente, produzir artefatos.

Vejam, para exemplificar, o caso do ALCESTE. Como todos os outros métodos destinados a analisar respostas a questões abertas, esse *software* não é uma técnica para testar hipóteses *a priori*, mas um método para exploração e descrição. Embora não possa dar conta do sentido e contexto, como o fazem os métodos manuais de análise qualitativa, sua vantagem é que dentro de um curto espaço de tempo o pesquisador pode conseguir uma visão geral do volumoso corpus de dados.

Além das limitações acima, há ainda alguns pressupostos que devem ser levados em consideração. O ALCESTE, por exemplo, supõe que haja certa *coerência* nas informações e que seja enfocado um tópico específico. Além disso, o texto deve ser suficientemente *grande*. No ALCESTE, uma afirmação é considerada uma expressão de um ponto de vista, isto é, um quadro de referência, dita por um narrador. Esse referencial traz ordem e coerência às coisas sobre as quais se está falando. Quando se estuda um texto produzido por diferentes indivíduos, o objetivo é compreender os pontos de vista que são coletivamente partilhados por um grupo social em um tempo determinado. Quando se pensa sobre um objeto, existem sempre diferentes e contrastantes pontos de vista. O pressuposto do ALCESTE e de outros softwares para análise de textos é que pontos diferentes de referência produzem diferentes maneiras de falar, isto é, o uso de um vocabulário específico é visto como uma fonte para detectar maneiras de pensar sobre um objeto. O objetivo de uma análise com ALCESTE, portanto, é distinguir classes de palavras que representam diferentes formas de discurso a respeito do tópico de interesse.

Considerações Finais

Arrisco duas considerações finais ainda como questionamentos. Primeiro: fico me perguntando qual seria a concepção de “social” subjacente aos referenciais teóricos de determinados investigadores. E para poder explicar isso, digo o que é para mim “social”. Dito de maneira bem resumida (para uma discussão mais prolongada ver Guareschi, 2001), creio que se podem identificar, na literatura das ciências sociais hoje, três tipos de social: um social “individualizado” onde, na verdade, não há um “social”, mas há uma soma de “individuais”; a prioridade e o privilégio do status ontológico é dado ao indivíduo, entendido como “*indivisum*

in se, divisum a quolibet alio” (um, mas separado de todo o resto). Existe, em um outro extremo, um social “reificado”, que se constitui como “coisa”, realidade materializada, possível de ser pesada, medida, isolada. Finalmente, uma terceira concepção, com a qual me identifico, que considera o “social” como “relação”, isto é, como “*ordo ad aliquid*”, algo que é singular, mas contém em si, ontologicamente, o outro. Digo isso pois creio ser fundamental que qualquer pesquisador, ainda mais se for das ciências humanas e sociais, teria que se perguntar qual sua concepção de social. E digo isso também provocativamente, pois tenho a impressão de que para muitos o “social” se dilui de tal modo, particulariza-se tanto, que se torna cada vez mais difícil identificar nele alguma relação... transforma-se em um fluido que tanto pode ser um epifenômeno pairando no ar, como um torvelinho sem sujeito arrastando-nos a todos, subjetivando-nos sem piedade.

Uma segunda consideração está relacionada ao que foi dito acima e refere-se à questão da ética. Não posso negar que essa é uma preocupação que está cada vez mais presente em minhas reflexões e ações. A modernidade deu status privilegiado à dimensão metafísica e epistemológica dos fenômenos e se esqueceu que, tão importante como as outras duas, é a dimensão ética. Bauman (1991) mostrou como a modernidade que negou a ética acabou criando o Holocausto, que é exatamente a concretização da opção ética subjacente à modernidade. De que modo? A modernidade, a partir dos pressupostos cartesianos de racionalidade e da crença em leis regulares subjacentes a um mundo considerado como um relógio, lançou-se à tarefa de descobrir tais regras. Passar de um mundo relógio para o ser humano foi um passo conseqüente: com um pouco mais de cuidado e tempo, poder-se-iam descobrir suas “leis subjacentes”. A ética da modernidade, negada teoricamente mas concretizada na prática, passou a ser então uma questão técnica: se funciona, é bom! Na analogia dolorosa de Bauman, a ciência, através da razão instrumental e do experimento, faria da humanidade um jardim, de onde se deveria arrancar todas as ervas daninhas (judeus, ciganos etc.), para se chegar a uma limpeza e a uma pureza étnica. Por quê? Por que um jardim só será bom = ético, *se for limpo e bem ordenado*. A questão que pretendo levantar aqui é que, juntamente com nossos pressupostos metafísicos e epistemológicos, caminham também pressupostos éticos. É certo que eles estão presentes, pois é impossível negar no fenômeno a dimensão valorativa, isto é, ética. Quais serão eles? Certamente estarão presentes em nossas investigações. Mas essa é uma questão para outro artigo. O certo é que sem uma reflexão filosófica, ficamos sempre na casca, ou nos efeitos. É a discussão filosófica que nos vai mostrar quais

os pressupostos metafísicos, epistemológicos e éticos que, em última instância, fundamentam nossas investigações. O objetivo das reflexões acima foi tentar chamar a atenção para alguns deles.

Referências

- Agar, M. (1991). The right brain strikes back. Em N. G. Fielding & R. M. Lee (Orgs.), *Using computers in qualitative research* (pp. 181-194). Londres: Sage.
- Allen, R. (1985). *Speaking of soap operas*. Chapel Hill, NC: North Carolina Press.
- Amon, D. (2001). *O difícil encontro entre o relativismo e a ação comunicativa*. Manuscrito não-publicado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Barthes, R. (1975). *S/Z*. Londres: Cape.
- Bauer, M., Gaskell, G. & Allum, C. (2000). Quality and knowledge interests: Avoiding confusions. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 3-17). Londres: Sage.
- Bauman, Z. (1991). *Modernity and ambivalence*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2001). *Science et la science de la réflexivité*. Paris: Seuil.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Castoriadis, C. (1995). *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chauí, M. (1990). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense.
- De Rosa, A. S. (2001, abril). *The "boomerang" effect of the radicalism in discourse analysis: "No communication without representations, no representations without communication"*. Trabalho apresentado no EAESP Small Group Meeting, Theory and method in Societal Psychology, Pécs, Hungria.
- De Rosa, A. S. & Farr, R. (2001). Icon and Symbol: Two sides of the coin in the investigation of social representations. Em F. Bruschini & N. Kalampalikis (Orgs.), *Penser la vie, le social, la nature: Mélanges en hommage à Serge Moscovici* (pp. 237-256). Paris: Les éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Farr, R. (1982). Interviewing: The social psychology of the inter-view. Em F. Fransella (Org.), *Psychology for occupational therapists* (pp. 151-170). Londres: Macmillan.
- Fassnacht, G. (2000). Bemetology: Towards continuous (self) observation and personality assessment. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 108-130). Londres: Sage.
- Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Produtor) (1997). *Paulo Freire in memoriam* (vídeo). SP/PUCSP.
- Gaskell, G. & Bauer, M. (2000). Towards public accountability: Beyond sampling, reliability and validity. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 333-350). Londres: Sage.
- Gill, R. (2000). Discourse analysis. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 172-190). Londres: Sage.
- Ghiraldelli Júnior, P. (1999). *Richard Rorty*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Grassberger, P. & Procaccia, I. (1993). On the characterization of strange attractors. *Physics Review Letters*, 50, 346-350.
- Guareschi, P. (2001). Compromisso social da psicologia. Em A. Caniato & E. Tomanik (Orgs.), *Compromisso social da psicologia* (pp. 60-96). Porto Alegre: Abrapsosul.
- Habermas, J. (1995). *Teoría de la acción comunicativa*. Barcelona: Taurus Humanidades.
- Jodelet, D. (1991). *Madness and social representations*. Harvester Wheatshead: Hemel Hempstead.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M. (2000). Narrative interviewing. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 57-74). Londres: Sage.
- Jovchelovitch, S. (1996). In defence of representations. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 26, 121-135.
- Leach, J. (2000). Rhetorical analysis. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 207-226). Londres: Sage.
- Leiss, W., Line, S. & Jhally, S. (1986). *Social communication in advertising*. Toronto: Methuen.
- Marx, K. (1968). The eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. Em T. B. Bottomore & M. Rubel (Orgs.), *Selected works*. Londres: Lawrence & Wishart.
- Marx, K. & Engels, F. (1977). *The german ideology* (6^a ed.). New York: International.
- Myers, G. (2000). Analysis of conversation and talk. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 191-206). Londres: Sage.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em R. M. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Osgood, C. (1957). The representational model and relevant research methods. Em I. de S. Pool (Org.), *Trends in content analysis* (pp. 33-88). Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Osgood, C., Suci, G. & Tannenbaum, P. H. (1957). *The measurement of meaning*. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behavior*. Londres: Sage.
- Potter, J. (1996). *Representing reality, discourse, rhetoric and social construction*. Londres: Sage.
- Rose, D. (2000). Analysis of moving images. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 247-262). Londres: Sage.
- Seidel, J. (1991). Method and madness in the application of computer technology to qualitative data analysis. Em R. M. Lee & N. G. Fielding (Orgs.), *Using computers in qualitative research* (pp. 1-13). Londres: Sage.
- Seidel, J. & Kelle, U. (1995). Different functions of coding in the analysis of textual data. Em U. Kelle (Org.), *Computer-aided qualitative data analysis: Theory, methods and practice* (pp. 38-63). Londres: Sage.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Recebido: 25/02/2002
1ª Revisão: 14/11/2002
Aceite Final: 20/11/2002

Sobre o autor

Pedrinho A. Guareschi é Psicólogo Social e Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.